

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA
(CNAPRR)
ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Aos 15 dias do mês de setembro do ano de 2022, pelas 14h30, decorreu, em formato híbrido, a reunião Plenária da Comissão Nacional de Acompanhamento, do Plano Nacional de Resiliência (CNAPRR). O formato presencial teve lugar nas instalações da Presidência do Conselho de Ministros, na Rua Professor Gomes Teixeira N.º 2, em Lisboa, tendo o formato remoto sido realizado por recurso à plataforma webex.

Estiveram presentes as entidades e respetivos representantes, constantes do quadro em anexo a esta ata (anexo I). Relativamente às ausências, a ANAFRE- Associação Nacional de Freguesias, fez saber da sua indisponibilidade em virtude da realização do Conselho Geral da ANAFRE, no mesmo dia.

O Presidente da CNAPRR, Professor Doutor Pedro Dominginhos, deu início aos trabalhos, agradecendo a presença de todos. Iniciou a reunião transmitindo algumas informações:

- Desde a última reunião plenária houve alterações na estrutura da CNAPRR, nomeadamente a sua designação enquanto Presidente; o início de funções em 01 de julho da Chefe de Gabinete a tempo integral; e desde 08 de setembro a entrada para a estrutura permanente de staff de 3 técnicos superiores;
- A estrutura permanente da CNAPRR está localizada fisicamente no Palácio Foz, sendo de notar alguns constrangimentos, nomeadamente a inexistência de telefone;
- Em virtude do início de funções do staff permanente, espera-se que até final de setembro de 2022 seja possível apresentar, num trabalho conjunto com a Comissão Permanente, informação técnica de suporte à análise e trabalhos da CNAPRR;
- Relativamente ao website, já foi enviada à Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) a sua definição técnica e estrutura base, para efeitos de aquisição do respetivo serviço. Aguarda-se a contratação, para que a CNAPRR possa ter um repositório próprio, bem como uma ferramenta que permita uma resposta de transparência para a opinião pública;
- No que diz respeito a alterações da estrutura da CNAPRR, está agendado em Conselho de Ministros a discussão de um diploma que permita a alteração para dedicação exclusiva do Presidente da CNAPRR, bem como outras alterações de pormenor relativas ao funcionamento geral da CNAPRR.

O Presidente da CNAPRR informou o Plenário que tinha convidado o Senhor Secretário de Estado do Planeamento, Dr. Eduardo Pinheiro, para fazer um ponto da situação da execução do PRR e do 2º pedido de reembolso à Comissão Europeia. Neste sentido, foi-lhe passada a palavra e, após os cumprimentos, passou a prestar algumas informações de ordem geral e com interesse para os trabalhos da CNAPRR:

- Mencionou que o relacionamento com o Presidente da CNAPRR tem sido muito bom e profícuo;
- Foi dada indicação de que está agendada para discussão no Conselho de Ministros a alteração ao modelo de governação do PRR, no que diz respeito à CNAPRR, tendo sido

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA
(CNAPRR)
ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

já aprovada uma Resolução, no que diz respeito à EMRP, nomeadamente, alargando a sua autonomia financeira;

- Relativamente ao 2º Pedido de Reembolso, referiu que existem duas componentes distintas, a das Subvenções e a dos Empréstimos, esta última apenas com metas relacionadas com o Banco Português de Fomento (BPF). Relativamente às Subvenções, a recolha das evidências foi concluída no dia 10 de setembro, tendo sido enviadas para a Comissão de Auditoria e Controlo (CAC) para emissão de parecer, de acordo com o modelo de funcionamento do PRR. No que concerne à componente Empréstimos, a situação ainda não está fechada. As metas a cumprir relacionam-se com o aumento de capital do Banco Português de Fomento, no valor de 250 milhões de euros e o Pilar Assessment do mesmo Banco, que deve ser positivo. Quanto ao aumento de capital do Banco Português de Fomento deverá estar aprovado muito em breve, sendo que o mesmo carece da intervenção de outras entidades; o Banco de Portugal já tem o processo em fase final e deverá ficar concluído até ao dia 16 de setembro; e o Tribunal de Contas concedeu visto positivo no dia 09/09. Recebidas as comunicações oficiais, será necessário operacionalizar a transferência financeira para o BPF. Quanto ao Pillar Assessment, tem sido trabalhado diretamente com a Comissão Europeia. Foi realizada a auditoria pela Deloitte (auditor externo), que identificou mais de 40 inconformidades, bem como 3 dimensões que não cumprem os requisitos mínimos (pelos menos 70%). Neste sentido, foi necessário um trabalho mais intenso, tendo já sido enviadas todas as justificações para o auditor externo e espera-se uma entrega da nova avaliação até 19/09. Se o relatório for positivo, a CAC poderá avançar também com a avaliação do montante relacionado com o valor das subvenções. Caso não haja desenvolvimento positivo desta parte, informou que a decisão será de enviar para a Comissão Europeia (CE) somente a parte relativa à subvenção e em momento posterior a de empréstimos;
- Quanto aos trabalhos relativos à monitorização dos 3º e 4º Pedidos de Reembolso, informou que, para obviar no futuro a estas situações de urgência, já estão a trabalhar nos mesmos;
- No que diz respeito à questão da disponibilização atempada dos avisos à CNAPRR, que já tinha sido alinhada anteriormente com as diversas áreas governativas, mencionou que efetivamente tal não está a acontecer e que vai voltar a reforçar esta situação junto dos membros do Governo, uma vez que deverão ser os Ministérios a enviar essa informação para a CNAPRR e não a EMRP, sob pena de os mesmo chegarem à CNAPRR sem qualquer possibilidade de intervenção;
- Deixou ainda uma chamada de atenção para o facto da estratégia do PRR ser ampla, mas não ter como objetivo a resolução completa de problemas específicos, sendo mais importante concretizar os objetivos definidos no plano, do que simplesmente cumprir metas e marcos. No que diz respeito aos investimentos, há uma dependência, em termos de execução, dos Beneficiários Diretos e Intermediários;
- Portugal recebeu um reforço de cerca de 10% do valor total do PRR em subvenções (1.634 milhões de euros). Este valor deverá ser distribuído pelas componentes do PRR,

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA
(CNAPRR)
ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

tendo o Senhor Primeiro-ministro assumido que uma parte significativa seria destinada às Agendas Mobilizadoras, mas não está fechada a sua distribuição. Este exercício dependerá do valor atribuído a Portugal no âmbito do REPowerEU, criado para lidar com os custos acrescidos da energia na sequência da guerra na Ucrânia e da crise que está a afetar a União Europeia. Está em discussão a chave de repartição a utilizar na distribuição de verbas para cada país. Este montante será destinado a projetos na área da energia e ambiente, podendo ser incluídos novos projetos não contemplados no âmbito do PRR;

- O governo já iniciou os trabalhos conducentes a esta reprogramação, incorporando também nesta equação o prazo de execução de alguns investimentos, sem ultrapassar 2026, sobretudo os mais influenciados pelo aumento dos preços e da escassez de matérias-primas. Estima-se que até final do ano estes trabalhos possam ser concluídos;
- Informou ainda que Portugal apresentou uma proposta, à Comissão Europeia, para que o prazo final de execução do PRR possa ser prorrogado, atendendo ao momento que vivemos e ao impacto do aumento da inflação e do custo da energia. Existe o apoio de vários países, mas antecipa que vai ser uma negociação difícil;
- No que diz respeito à EMRP, informou que já se procedeu à contratação das pessoas previstas no mapa de pessoal previsto, que foi acrescido das 3 pessoas que estão a trabalhar na CNAPRR, e que já existem condições para acompanhar no terreno a concretização dos marcos e metas;
- Mencionou ainda que, relativamente à comunicação relativa à distribuição geográfica dos investimentos, é um trabalho que já está a ser feito, para inclusão no website da EMRP, com uma visão mais dinâmica e com recurso a infografias. Os dados que, entretanto, também já são possíveis de obter, face ao número de avisos entretanto lançados, permitem uma avaliação da distribuição geográfica dos mesmos. Considerou também que esta é uma tarefa que será também melhorada após o reforço do quadro de pessoal da EMRP;
- Quanto aos indicadores de monitorização e impacto, informou que o PlanAPP irá ser chamado a intervir a breve prazo e que isto será importante para revisão e melhorias futuras do PRR, referindo que serão úteis os contributos da CNAPRR para esta tarefa;
- Indicou ainda que, somando os valores atribuídos a Beneficiários Diretos e os avisos lançados por Beneficiários Intermediários, cerca de 78% do valor do PRR já está no terreno. Entre o dia de hoje e o próximo sábado serão assinados mais contratos (Residências Estudantis e Agendas Mobilizadoras). Em 2023 é expectável que já existam respostas sociais a funcionar em pleno. A maior preocupação com os investimentos, voltou a salientar, é o aumento generalizado de custos.

Questionado sobre a se a componente energética, face ao seu peso, pode dar lugar a novos investimentos no âmbito do PRR, respondeu que no PRR não serão incluídos novos investimentos, podendo ser reforçadas algumas componentes, e que o principal foco deverá

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA
(CNAPRR)
ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

ser a economia e ambiente e os programas (PRR e REPowerEU) poderão acontecer ou não ao mesmo tempo.

Outra questão colocada foi relativa ao aumento da componente dos empréstimos e se será decidida na mesma altura, tendo sido respondido que não havendo ainda os valores finais das Agendas Mobilizadoras, é necessário primeiro haver execução e algum amadurecimento. Apesar de não ser fácil avaliar execuções em tão pouco tempo (não só na administração pública, mas em toda a economia), não considera prioridade utilizar a verba de empréstimos, mas que é uma questão em avaliação. Acrescentou ainda que esta informação tem de ser dada à Comissão Europeia num curto espaço de tempo, pois o montante não utilizado por um Estado-membro pode ser utilizado por outro.

Questionado ainda sobre o BPF e a não resposta da sua direção às questões colocadas por parte das entidades (nomeadamente pela CNAPRR), respondeu que, não sendo a sua área de intervenção, considera que a maior preocupação são os 1300 milhões de euros destinados ao tecido empresarial e o pouco tempo que temos para os aplicar (final de 2023). O mais importante é que eles sejam canalizados para a economia e que não se chegue ao final do processo a concluir que não eram efetivamente necessários ou que não existia capacidade de absorção para os mesmos ou então que os instrumentos desenhados não responderam às necessidades dos agentes económicos.

Questionado sobre as questões da habitação, pela Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, e a existência de necessidades de ajustamentos legislativos e até de reformas, num curto espaço de tempo e que permita dar resposta aos avisos que vão saindo, bem como quanto à importância de garantir respostas céleres à completa perceção dos respetivos avisos, mencionou que considera que o principal problema nesta área tem a ver com a questão dos custos das obras e que as revisões dos marcos e metas, já mencionada, deverá incidir muito neste aspeto. O Senhor Secretário de Estado deixou o pedido para que lhe façam chegar questões relativas a dificuldades e que até eventualmente possam estar relacionadas com a adaptação dos Beneficiários Intermediários ao PRR.

Foi ainda deixado um comentário, pelo Presidente da CIMAL, sobre a particularidade do Alentejo Litoral, nomeadamente relativo à inclusão de medidas para a melhoria das redes viárias e da necessidade de maior rapidez nos investimentos relativos ao Hospital do Litoral Alentejano e aos cuidados de saúde primários, ao qual o Senhor Secretário de Estado respondeu que a rodovia é sempre uma área complexa, tendo sido objeto de complexas negociações iniciais, pelo que a inclusão de novas obras não será possível. Quanto à pressão na saúde, pediu que lhe sejam reportados os constrangimentos identificados.

Foi-lhe ainda deixado o alerta, pela Presidente do CCISP, para a questão dos custos associados aos cursos de curta duração no ensino superior, nomeadamente face ao entendimento do seu financiamento, neste caso específico da CCDR-Norte, cujo entendimento é de que isso não é de âmbito regional, ao que respondeu o Senhor Secretário de Estado que, não sendo

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA
(CNAPRR)
ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

matéria do seu pelouro, esta é uma questão que está assinalada e encontra-se em análise com a Senhora Ministra da Coesão Territorial Dr^a Ana Abrunhosa.

Questionado, pelo Eng. Rogério Carapuça, sobre se estão a ser preparados indicadores intermédios sobre o PRR, respondeu que por enquanto não, mas que irão definir esse aspeto num futuro próximo.

Foram ainda deixadas algumas notas finais ao Senhor Secretário de Estado, nomeadamente a necessidade de se ter atenção ao entendimento global sobre as regras dos licenciamentos, de forma que se consigam dar resposta, em tempo útil, aos investimentos no âmbito do PRR; e na execução para a área social, relativamente ao aumento brutal do preço das camas que torna difícil às entidades da Economia Social acomodar nas verbas disponibilizadas nos concursos abertos.

Tendo terminado a apresentação do Senhor Secretário de Estado, foi dado início à discussão do **ponto número 1** da ordem de trabalhos: **Parecer sobre o Relatório da EMRP.**

Evidenciou o Presidente da CNAPRR que o parecer não pretende ser uma avaliação do PRR nem do trabalho da 'Recuperar Portugal', mas sim um parecer ao relatório enviado pela EMRP que relata a atividade durante o ano de 2021.

Tendo sido colocado à discussão, foram apresentadas sugestões de melhoria por parte do representante do CNADS- Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, que também informou que este Conselho se propõe contribuir para a avaliação dos impactos substantivos do PRR na sociedade através do modo com algumas componentes ajudam a realizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 13. Os contributos foram enviados por email e serão acrescentados ao parecer depois de aprovados pelos membros da CNAPRR.

O representante da CIMAL referiu que a CNAPRR tem de ser respeitada e que os relatórios devem chegar atempadamente para emissão de parecer. Mencionou ainda que se revê no conteúdo do parecer, enfatizando a necessidade da análise dos impactos do PRR na economia.

Por parte da CAP- Confederação dos Agricultores de Portugal foi identificada a necessidade de acesso prévio, pela CNAPRR, aos projetos de aviso, sendo uma situação levantada desde o início da CNAPRR por várias entidades. Irá também enviar por email os contributos.

Em intervenção, a CGTP-IN Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, mencionou que, relativamente à questão dos indicadores, é necessário que essa questão seja discutida no seio da CNAPRR, de forma a torná-los mais transversais, tendo também disponibilizado o seu conhecimento e trabalho nesse sentido.

Quanto à questão do acesso aos avisos, deixou a CGTP-IN a ressalva de que, é importante estar atentos para algum conflito de interesses que possa surgir, assegurando-se por isso a

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA
(CNAPRR)
ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

transparência do processo, com uma intervenção mais influente da Comissão Permanente da CNAPRR.

Reportando-se à questão anteriormente levantada, a CIP- Confederação Empresarial de Portugal, considera que o princípio da transparência estará assegurado na CNAPRR, uma vez que as entidades representam uma parte significativa da sociedade, pela sua inclusão no Conselho Económico e Social, não violando o princípio da concorrência.

Ainda relativamente à mesma questão, a CAP- Confederação dos Agricultores de Portugal reforçou que a participação dos parceiros sociais na CNAPRR significa a representação dos setores em causa e não a representação da empresa "A, B ou C", considerando ainda que a experiência no terreno das confederações e o conhecimento dos respetivos setores deve ser considerado, constituindo um importante contributo para garantir a chegada dos apoios aos beneficiários finais.

Na intervenção da AML- Área Metropolitana de Lisboa, foi considerado que no ponto 6 do parecer se deverão considerar formas mais ágeis de responder.

Após proposta de votação, foi o parecer ao relatório da EMRP **aprovado por unanimidade**, sendo de incluir as propostas mencionadas, enviando para verificação posterior de todos os membros da CNAPRR.

Foi dada continuidade à discussão do **ponto número 2** da ordem de trabalhos: **Discussão e Votação do Plano de Atividades de 2022**

O Presidente da CNAPRR deu nota ao plenário de que a referida proposta foi objeto de discussão no âmbito da Comissão Permanente, sendo que o plano foi considerado ambicioso e só possível com a existência de uma equipa permanente, que só ficou completa a 08 de setembro. A comunicação foi considerada uma área muito importante e sensível, uma vez que tem impacto na informação credível e atempada à sociedade civil. Outra grande preocupação da CNAPRR prende-se com a avaliação de impactos, sendo que é objetivo da CNAPRR trabalhar em estreita articulação com a EMRP e com o PlanAPP, permitindo também criar linhas orientadoras para o futuro.

A CAP manifestou algum receio sobre se a CNA não estaria a tornar-se uma estrutura muito pesada e, no que respeita ao Plano e a algumas atividades nele previstas e se não estaria a substituir-se à Estrutura de Missão "Recuperar Portugal". Partilhou da preocupação expressa no Plano com a comunicação com a sociedade civil, mas salientou que a própria CNAPRR é à partida muito abrangente em termos de representatividade. Considera que, para se melhorar a comunicação externa, importa em primeiro lugar melhorar a comunicação com o próprio objeto de acompanhamento desta comissão que é o PRR e, para isso, que deve haver mais comunicação entre a CNAPRR e a EMRP, os Beneficiários Intermediários e os Beneficiários Finais. Essa comunicação abrange um aspeto muito importante que é o esclarecimento sobre as medidas do PRR, aproveitando-se o enorme potencial de disseminação que os

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA
(CNAPRR)
ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

representantes da CNAPRR, nomeadamente os parceiros sociais, têm, contribuindo assim para uma melhor execução do programa.

Foram deixadas algumas chamadas de atenção:

- Que a própria CNAPRR não se torne numa estrutura de funcionamento muito pesada;
- No âmbito da comunicação, para além da parte externa, deve ser incluída uma parte para reforço da comunicação interna da CNAPRR e dos Beneficiários Diretos e Intermediários e da EMRP com a CNAPRR;
- Que a melhoria da comunicação acima referida represente o aproveitamento do enorme potencial de disseminação das medidas do PRR, junto dos potenciais beneficiários, que os representantes da CNAPRR, nomeadamente os parceiros sociais, têm, contribuindo assim para uma melhor execução do programa;
- Explicitar a que se refere a parte relativa a reuniões temáticas, sendo que essas temáticas deverão ser preparadas com antecedência;
- Adequação do conteúdo do relatório ao período temporal de setembro a dezembro de 2022;
- Quanto à comunicação, ter atenção para não substituir ou duplicar o trabalho da EMRP.

Após proposta de votação, foi o plano de atividades da CNAPRR, para os restantes meses do ano de 2022, **aprovado por unanimidade**, sendo de incluir as propostas mencionadas, enviando para verificação posterior de todos os membros da CNAPRR.

No que diz respeito ao **ponto número 3** da ordem de trabalhos - **Informações**, foi antecipadamente enviado por email um documento resumo com as atividades realizadas pela CNAPRR, bem como uma breve descrição das reuniões. O documento transcreve-se nesta ata em anexo à mesma (anexo II). Não houve comentários relevantes ao mesmo.

Seguidamente passou-se ao **ponto número 4** da ordem de trabalhos: **Outros Assuntos**.

A CGTP-IN deixou a chamada de atenção para o facto de, apesar de ser importante a intervenção de membros do Governo nas reuniões da CNAPRR, isso retira tempo de discussão a outros assuntos, pelo que propõe que seja criada uma agenda específica para essas reuniões, devendo as reuniões da CNAPRR serem mais focadas em temáticas concretas. Deixou ainda a solicitação para que seja reforçada a circulação de informação por todos os membros da CNAPRR, relativamente a aspetos considerados importantes e relevantes, nomeadamente resumos de reuniões. Solicitou ainda que se adote a regra de solicitar a todos os membros da CNAPRR, propostas de inclusão de pontos na agenda das reuniões.

O Presidente da CNAPRR deixou as seguintes indicações:

- Prevê-se próxima reunião plenária em novembro/2022, com apresentação de proposta de plano de atividades para 2023;

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA
(CNAPRR)
ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

- Encontra-se em preparação uma proposta de grelha de relatório próprio CNAPRR, que deverá também ser discutido na próxima reunião plenária;
- Estão a ser solicitadas reuniões com membros do Governo, de acordo com a sua área de tutela de investimentos, para avaliação e pontos de situação dos mesmos, com a intervenção dos coordenadores das Comissões Especializadas;
- Há relato feito de todas as reuniões que estão a ter lugar entre o Presidente ou membros da Comissão Permanente e entidades ou membros do Governo. Esse relato irá ser preparado para disponibilização na Área Teams da CNAPRR;
- O staff permanente da CNAPRR está neste momento a preparar relato técnico para apoio a cada uma das Comissões Especializadas

O Presidente da CNAPRR deu por encerrados os trabalhos pelas 17h15, agradecendo novamente a presença de todos.

Lisboa, 15 de setembro de 2022

Ata confirmada após envio a todos os membros presentes na reunião



Professor Doutor Pedro Domingos

Presidente CNA-PRR



Dr^a Sandra Pinto

Chefe de Gabinete CNA-PRR

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA
(CNAIRR)
ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

ANEXO I

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PRR
REUNIÃO PLENÁRIA 15/09/2022

Entidade	Representação no evento	Participação		Assinatura (presencial)	Confirmação (online)
		Presencial	Online		
ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses	Dr. Carlos Estêvão	X			
AMC - Área Metropolitana de Lisboa	Dra. Carla Tereves, Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa	X			
AMP - Área Metropolitana do Porto	Carlos Humberto de Carvalho, Primeiro-vice-presidente da AMR, Dr. Eduardo Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Gaia, na qualidade de Presidente da Área Metropolitana do Porto	X	X		
ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias			X		
CM Alto Médio	Eng.º Bruno Cárdis	X			
CM Alentejo Litoral	Dr. Vítor Proença, Presidente da C.M. Alentejo do Sul	X			
CCDR Norte			X		
CCDR Centro			X		
CCDR LVT	Dra. Isabel Damasceno, Presidente da CCDR/C		X		
CCDR Alentejo	Arq.ª Teresa Almeida, Presidente da CCDR-LVT		X		
CCDR Algarve	Dr. Joaquim F. Filho, Diretor de Serviços de Desenvolvimento Regional		X		
CEB - Conselho Económico e Social	Presidência da CCDR Algarve (jose.apolinario@ccdr-alg.pt, j.pacheco@ccdr-alg.pt e econdro@ccdr-alg.pt) e m.aba.pedra (m.carvalho@ccdr-alg.pt)		X		
CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional	Professora Francisca Guedes Oliveira		X		
UGT - União Geral de Trabalhadores	Dr. Tiago Cunha, Técnico do Gabinete de Estudos da CGTP-IN José Cordero, Secretário Geral Adjunto		X		
CEP - Confederação Empresarial de Portugal	Carlos Alves, Secretário Executivo	X			
CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal	Dr. Oscar Gaspar		X		
	Dr. José António Cortez		X		



B

C

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA
(CNAIRR)
ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PRR
REUNIÃO PLENÁRIA 13/09/2022

Entidade	Representação na reunião	Participação		Assinatura (presença)	Confirmação (online)
		Presença (Online)	Presença (Presença)		
CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal	Eng.ª Gláudia Pereira da Costa Eng.ª Luis Mira e	X			
CTP-Confederação do Turismo de Portugal	Artur Abrantes, Secretário-Geral	X			
CRUP - Conselho de Rectores das Universidades Portuguesas	Professor Doutor Rui Vieira de Castro, Reitor da Universidade do Minho e Vice-Presidente do Conselho	X			
CCISP - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos	Professora Doutora Iliana José Fernandes, Presidente do ICA e Presidente do Conselho	X			
CNCTI - Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	Professor Doutor José Manuel Mendonça, Presidente	X			
CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade	Goveta Teixeira	X			
UMAP - União das Misericórdias Portuguesas	Dr. Manuel de Lemos	X			
União das Mutualidades Portuguesas	Dr. Mariano Cabeço, Técnico da U.M.P. coordenador geral, Presidente do Conselho de Administração	X			
CNAIDS - Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Professor Doutor José Reis	X			
CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa	Joaquim Peguicho	X			
Governo regional da Madeira			X		
Governo Regional dos Açores	Dra. Ana Margarida Reis	X			
Membros do Conselho Permanente / Coordenadores de Comissão Especializada	Nome	Presença (Online)	Presença (Presença)		
Economia e Empresas	Prof. Leonor Sogas	X			
Clima e Energia	Prof. João Pepas Lopes	X			
Economia e Empresas	Prof. José Manuel Fernandes	X			
Social	Prof. Carlos Farinha Rodrigues	X			
Transição Digital	Eng.º Rogério Carapuz	X			
Clima e Energia	Prof. Ália Seixas	X			
Território	Prof. Álvaro Costa	X			
Território (e Social)	Prof. Teresa Sá Marques	X			
	Prof. Pedro Domingarinhos (Presidente CNAIRR)	X			
	Dra. Sandra Pinto (Chefe de Gabinete CNAIRR)	X			
	Prof.ª Daniela Veloso	X			

Handwritten marks and signatures at the bottom right of the page.

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA
(CNA-PRR)
ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

ANEXO II – Informações prestadas no ponto número 3 da ordem de trabalhos

Assunto	Observações
1. Reunião Senhor Primeiro-ministro e Ministros 'Coordenadores'	Foi realizada reunião com o Senhor Primeiro-ministro, a Senhora Ministra da Presidência (que tutela o PRR), o Senhor Secretário de Estado do Planeamento, com delegação do PRR e ministros que coordenam investimentos com valor superior a 1000 milhões de euros. Com a nova orgânica do XXIII governo constitucional desapareceu a figura de Ministro coordenador. Neste sentido, será promovida uma alteração ao DL que criou o modelo de funcionamento do PRR, onde também serão alteradas algumas competências da Comissão de Auditoria e Controlo e feitos alguns ajustes no funcionamento. Esta reunião serviu para um ponto da situação após a nomeação do novo Presidente da CNA, conjuntamente com os membros da Comissão Permanente.
2. Equipa Técnica da CNA	Foi nomeada a Dra. Sandra Pinto como chefe de gabinete do Presidente da CNA, com início a 1 de julho. Desde o início de setembro, a CNA conta com 3 Técnicos Superiores, que transitam da Estrutura de Missão Recuperar Portugal. O reforço da equipa técnica foi uma exigência da CNA desde a sua criação, que agora se concretiza. Com este capital humano, a CNA possui as condições para, de forma mais independente e autónoma, preparar documentos técnicos e análises que permitam cumprir a missão para a qual foi criada.
3. Acesso ao Sistema de Informação da Recuperar Portugal	Desde agosto que o Presidente e a Chefe de Gabinete, e mais recentemente os TS, têm acesso ao Sistema de informação para entidades externas (SAM) da EMRP. Este acesso permite consultar informação relevante desde os avisos até aos pagamentos, passando pelos investimentos, contratualização, beneficiários finais e fornecedores ou metas, podendo ser obtida a informação por Concelho, tipologia de beneficiário, entre outras dimensões.
4. Elaboração de informação sistematizada e de relatórios de monitorização	O acesso ao SAM bem como a estrutura técnica existente permitirão a elaboração, de forma permanente, de informação atualizada e de relatórios de monitorização. Serão definidos em cada CE as necessidades.
5. Website da CNA	Foram definidas as necessidades e as normas técnicas para a adjudicação do website da CNA. Foi enviado o documento para a EMRP para iniciar os procedimentos necessários para a sua adjudicação.

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA
(CNAPRR)
ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

6. Reuniões de acompanhamento	<ul style="list-style-type: none">• Foram realizadas reuniões com o Senhor Secretário de Estado do Planeamento para perceber o estado do 2º pedido de pagamento e perceber os principais desafios que se colocam na implementação do PRR.• Foi realizada reunião com o Presidente e VP da EMRP.• Foi realizada reunião com a Comissão de Auditoria e Controlo.• Foram realizadas três (30/06, 08/07 e 06/09) reuniões da Comissão Permanente para discutir o seu funcionamento e aprovar os vários documentos para discussão e votação no Plenário.• Foram realizadas reuniões de acompanhamento com o Senhor Ministro da Educação sobre a componente C20.• Foi realizada reunião com o Senhor Presidente do CA dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde sobre a componente C1 – Transição Digital na Saúde.• Foi realizada reunião com a Presidente Executiva do Banco Português de Fomento e com um Administrador Executivo para obter informação sobre a Componente C5 – Capitalização estratégica e resiliência financeira.• Foi realizada reunião com o Bastonário da Ordem dos Economistas para analisar eventuais sinergias entre a CNA e a OE no cumprimento da missão da CNA• Foi realizada reunião com a Confederação Empresarial de Portugal para auscultar sugestões• Foi realizada reunião com a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal para auscultar sugestões• Presença na reunião de Secretários de Estado sobre Digitalização
7. Presença nos OCS e intervenções públicas	<ul style="list-style-type: none">• Entrevista do Presidente da CNA à RTP aquando da designação (28 de maio);• Entrevista ao programa 'Hora da Verdade da Renascença e do jornal 'Público' (3 de junho)• Participação do Presidente da CNA no programa de atualidade económica no Porto Canal, sobre o balanço de um ano de PRR (12 de julho);• Entrevista à Porto Canal (12 de julho)• Participação no Fórum TSF sobre um ano de execução do PRR e montante de pagamentos do PRR às empresas;

COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA
(CNAPRR)
ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

	<ul style="list-style-type: none">• Entrevista à TVI sobre um ano de execução do PRR (22 de julho);• Entrevista ao Jornal Económico sobre os Desafios do PRR e o Ensino Superior (22 de julho)• Abertura da Feira franca de Grândola (25 de agosto)• Participação do Presidente da CNA na Conferência organizada pelo Recuperar Portugal, com intervenção num painel, de comemoração de um ano de PRR (4 de julho)• Participação num painel na Conferência Caixa Negócios em Portugal, organizada pelo grupo COFINA (7 de julho)• Participação na reunião do Think Thank, a convite da Senhora Procuradora Geral Adjunta, no dia 26 de julho, com o objetivo de apresentar a missão da CNA, as conclusões do 1º relatório e responder a um conjunto de questões - https://thinktank-fundosue.ministeriopublico.pt/• Convite para participação em conferência nos Açores, organizada pelo Conselho Económico e Social dos Açores, de 21 a 23/09.• Convite para participar no Congresso da Associação Portuguesa de Logística como orador (12 de outubro)• Convite para participar na Feira do Mar, em Sines, como orador (13 de outubro)• Convite para participar no Air Summit, em Ponte de Sor, como orador (14 de outubro)
--	--

